

## **TRABALHO FEMININO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO RURAL ALAGOANO: A NECESSIDADE DA “EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL”**

Jaqueline da Silva Lima

*UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL) – CAMPUS I; FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS (FAPEAL); jaqueline\_lima48@outlook.com*

**Resumo:** O trabalho discutiu quem é a mulher do rural alagoano dentro do sistema capitalista, que é essencialmente desigual e solapador, com uma ideologia de dependência e submissão, como também pontuou a [in] visibilidade do trabalho das mulheres no rural alagoano. Este ainda pontuado na perspectiva de ajuda a seu companheiro ou a seus pais. Mostrando assim a necessidade de possuir uma educação para além do capital. Pois, infelizmente, as mulheres do rural alagoano, vivem uma carga de submissão e dependência, esta provinda de uma cultura patriarcal, sexista e coronelista ainda existente no rural das Alagoas, a qual necessita ser visibilizada, para se tentar quebrar os tabus do imposto por estas relações. Logo, refletir sobre as mulheres do rural alagoano, é voltar o olhar para conceitos construídos social e historicamente, os quais estão imbricados nos ditames do sistema capitalista e perpassados culturalmente, por isso este trabalho chama a atenção para uma educação que perpassa os muros do sistema capitalismo, uma “educação para além do capital”, com equidade de direitos para todas.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero, Mulher, Rural, Capital, Educação.

### **INTRODUÇÃO**

Os fatores que determinaram a aproximação do tema partiram das observações sistemáticas da realidade, visto que a experiência de viver neste espaço rural contribuiu para as primeiras indagações ainda imaturas sobre o tema em questão. Assim, foi no decorrer da graduação (2012-2016), com participação no grupo de estudo GERGC<sup>1</sup> e com o conhecimento das linhas de pesquisas que envolvia a discursão de gênero e patriarcado, que o objeto foi se delimitando a chegar às relações de trabalho da mulher no rural alagoano tendo por finalidade a busca por uma educação que não venha a servir os ditames do capital, mais sim, seja emancipadora das relações de opressão embutidas nas relações de gênero.

Assim, a partir dos determinantes históricos do rural alagoano e das relações que perpassa também esse processo histórico-cultural, se indaga como o trabalho das mulheres do rural alagoano, em plena segunda década do século XXI, ainda se constitui dentro do âmbito familiar na perspectiva de “ajuda” ao esposo/pai, configurando assim sua [in] visibilidade diante das relações trabalhistas. Isso se constitui devido uma cultura patriarcal imbricada no modelo capitalista de organização social que submete as mulheres a uma cultura socialmente

---

<sup>1</sup> Grupo de Estudos Relações de Gênero e de Classe (sem atividades no momento), coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Marli de Araujo Santos do curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, campus de Arapiraca/Unidade de ensino de Palmeira dos Índios

construída. Caracterizando assim, que a [in] visibilidade do trabalho feminino no rural alagoano decorre de uma cultura do mandonismo, baseada no sistema patriarcal e coronelista decorrente do desenvolvimento do capital nas terras brasileiras e alagoanas. Os quais são imbricados na realidade do rural alagoano e de suas relações familiares, analisadas a partir dos determinantes históricos desta cultura, desde zona da mata, litoral e semiárido, identificando quem é a mulher que vive no rural alagoano, e qual a sua situação a respeito do sistema capitalista e os arranjos que este impõe para elas se manterem no lugar imposto, determinado pelas relações sociais de gênero e patriarcado.

No entanto, a exploração que esta vivencia, tanto no ambiente doméstico, sendo não a “do lar”, mas a “escrava doméstica”, como no trabalho rural, como a “ajudante” de seu esposo, é que se conjuga a dupla jornada de trabalho (com uma característica diferenciada das trabalhadoras urbanas, sem remuneração) e a sua [in] visibilidade como trabalhadora que contribui para a reprodução do capital. Pois a renda da família permanece ainda em pleno século XXI, nas mãos do “chefe da família” – o homem da casa. Assim sendo, a mulher do rural alagoano mesmo com mudanças de comportamento (algumas trabalhando e resistindo a ordem pré-estabelecida) ainda convivem com a dominação da forte cultura patriarcal.

Em suma, os resultados e discursões desse estudo, seguem uma ordem de reflexão das categorias teóricas a começar pela caracterização do patriarcado e das relações de gênero dentro da sociedade capitalista. Trazendo depois a reflexão do rural, do ambiente rural do Estado de Alagoas, seus diversos rurais, como também se volta o olhar para os sujeitos femininos ali presentes, sua realidade a partir do mandonismo e da cultura machista, da mulher “ser sempre frágil”. É nesse contexto, que as mulheres se articulam e se diferem de um rural para outro, vendo que existem diferentes rurais nesse território. Por fim, os resultados e discursões são finalizados com uma reflexão sobre o processo de [in] visibilidade, que o trabalho feminino sofre em face da opressão, que as relações patriarcais, em meio às artimanhas do capitalismo, desdobram sobre elas. Fazendo assim, uma reflexão do que está posto no rural alagoano desde singularidade até uma quiçá universalidade, onde para que isso ocorra é necessário desenvolver uma “educação para além do capital” e seus ditames.

## **METODOLOGIA**

A metodologia que foi utilizada consistiu em observações empíricas da realidade, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, a qual, de acordo com

Minayo (2001), responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, como é o caso da identificação das relações patriarcais e de gênero no rural alagoano.

Estas técnicas serão fundamentadas numa perspectiva histórico-crítica dialética, tendo por referencial a teoria marxiana e marxista. Esta permite compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social e sua dinamicidade. Segundo Cassab (2007), o materialismo histórico-dialético prioriza a dinâmica das relações entre sujeitos e o objeto de estudo no processo de conhecimento, valoriza os vínculos do agir com a vida social dos homens e desvela as oposições contraditórias presentes entre o todo e as partes, reconhecendo a realidade como complexa, heterogênea e contraditória, nas diversas facetas e peculiaridades que a compõem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O patriarcado é um regime social historicamente construído, como mostra Engels:

A evolução da família nos tempos pré-históricos [...] consiste numa redução constante do círculo conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por alianças, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis – essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. Isso prova a quão pouco tem a ver a origem da monogamia com o amor sexual individual, na atual acepção da palavra. (ENGELS, 1975, p.49).

Assim, o patriarcado é uma construção social, estabelecida através dos interesses dos homens em garantir seu patrimônio, decorrente dos fatores de reconhecimento da participação do homem na reprodução, estabelecimento da propriedade privada, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres e a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que as relações passaram a ser predominantemente “monogâmicas” - às mulheres – a fim de garantir herança aos filhos legítimos, deixando inviolável o espaço privado. Instaurando assim o patriarcado, na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres, esta sendo apenas coadjuvante e “escrava doméstica” e aquele protagonista com maior valorização para suas atividades. Não só um controle de pai aos filhos e as mulheres, mais como bem afirma Scott,

[...] não se restringe ao poder do pai, mas o poder masculino, enquanto categoria social [...] apontam dois princípios básicos que regem o patriarcado: as mulheres

estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e os mais jovens aos homens mais velhos. (SCOTT, 1995, [s./p.]).

Mostrando que o patriarcado não rege somente uma dominação sobre as mulheres, mas um postulado culturalmente disseminado no âmbito das relações sociais cotidianas independentes de gênero, etnia ou classe. Ressaltando assim, que o conceito de patriarcado colocado por Weber possui delimitações claras a cerca da dominação assegurada pela cultura patriarcal, ou seja, “dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (WEBER, 2000, p.18), pois é na autoridade doméstica e familiar que se baseia o patriarcado e determina a divisão sexual que Weber (2000) a caracteriza como “normal”, dessa forma o patriarcado se legitima com a “normalidade” e “naturalidade” desta divisão e desta autoridade. Como bem coloca Durkheim (1999, p. 29): “[...] Dir-se-ia que um dos sexos açambarcou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais”, ou seja, a mulher ficou no ambiente afetivo, da casa, do privado e o homem no ambiente intelectual, da sociedade, do público.

Na contemporaneidade, fala-se num patriarcado moderno, porém vale ressaltar que o patriarcado mesmo sendo anterior ao advento do capitalismo, ganha força a partir deste com a articulação na modernidade na relação de produzir e reproduzir a vida a partir de relações de dominação e expropriação em especial dos corpos e autonomia das mulheres, logo, se percebe que por ser um regime social historicamente construído ele sofreu modificações, mas continuou com as mesmas bases que lhes sustenta. Hoje, o exercício de chefe de família pode ser exercido por uma mulher, no entanto não quer dizer que esta mulher não irá seguir os padrões da cultura patriarcal impregnada em sua história. Assim, existem novos arranjos para o patriarcado, nova forma de reproduzi-lo, mas não em modifica-lo, pois falar em patriarcado significa referir-se obrigatoriamente a uma forma de dominação reconhecida pela desigualdade entre gênero embutida no sistema capitalista, “responsável pela constituição ideológica dos gêneros, seus estereótipos e papéis sociais” (LIMA; MAGALHÃES, 2011, [s./p.]).

Como explica Scott:

[...] a construção social dos sexos é materializada, fundamentalmente, por intermédio de relações constituídas por quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturais; os conceitos normativos; a organização social representada pelas instituições e a identidade subjetiva que se refere à interiorização das ideologias dominantes pelos indivíduos em relação aos seus papéis a serem desempenhados em sociedade. (SCOTT, 1995, [s./p.], grifo nosso).

Logo, segundo Scott, o ser humano nasce macho ou fêmea, e em sociedade, desde cedo, começam a aprender e se identificar com o que ela impõe o ser feminino e o ser masculino, pois gênero é uma construção social que transforma os bebês machos e fêmeas em meninos e meninas. E cabe ao capitalismo ditar as regras desse jogo das relações de gênero, geridas no patriarcado, da forma que melhor lhes convém, parafraseando Marx: a ideologia da classe dominante serve para manter os seus interesses sobre a classe dominada, e para o capitalismo, a mulher sob os ditames da dominação e submissão é lucrativo.

No Brasil o patriarcado não encontrou limites nem resistência para se desenvolver:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala (FREYRE, 2003, p. 44).

Fortificado por essa cultura que ainda perpassa os dias atuais do coronelismo, do latifúndio, da cultura do “povo passivo e ordeiro”, os ditames do patriarcado é bastante relevante nas terras brasileiras, principalmente no ambiente rural das Alagoas, que exala uma moralidade religiosa, a qual a mulher tem por obrigação ser submissa a seu marido, no entanto mesmo dentro dessa conjuntura de dominação, submissão e controle da classe feminina, vale ressaltar que se por um lado, o patriarcado coloca, ao longo da história, em mãos masculinas o poder, por outro, encontra o seu antagonismo na resistência das mulheres feministas, ou reconhecedoras de seus direitos, que lutam e resistem a essa cultura.

Dessa forma, segundo os autores citados, o estudo sobre o patriarcado nos permite apreender como foram construídas e estabelecidas as relações de poder, a partir de um dado momento histórico, e de como este sistema vem se perpetuando ao longo do tempo. As relações de poder em que se prioriza o masculino, em detrimento do feminino, são responsáveis pela condição de opressão das mulheres nos dias atuais.

Dentro desse contexto, o rural possui uma estrutura social extremamente desigual e fundamentada na violência e na exploração da força de trabalho, a qual estabelece como relação social a produção e reprodução da dominação coronelista, observada amplamente nas eleições municipais, pelo ainda dominante “voto de cabresto” ou de “favor”. Uma realidade observada desde o início da ocupação territorial alagoana que ainda perpetua em suas terras. Como afirma Lusa: “a formação social alagoana, como também a brasileira, foi escrita em função dos interesses da classe dominante” (LUSA, 2012b, passim.), ou seja, é a classe dominante do latifúndio e da pecuária que dita o cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores alagoanos. Dessa forma, as características do rural contemporâneo em Alagoas são:

[...] a grande propriedade; a monocultura; da violência nas relações sociais e políticas, as desigualdades de classe, os conflitos e lutas de classe e a marginalidade conferida à agricultura de subsistência. (LUSA, 2012b, p. 111).

As três regiões alagoanas (zona da mata, litoral e semiárido) o que vem diferir é o modelo de produção, que no litoral e zona da mata predomina a monocultura da cana-de-açúcar e no semiárido é uma maior diversificação da produção agrícola, da criação de gado e a produção familiar, que por sua vez constitui um retrato da realidade “agrestina”<sup>2</sup> e sertaneja que se diversifica da litorânea e zona da mata, pelo fato da menor existência do latifúndio naquela região, pois no semiárido a população possui algum “pedacinho de terra” onde plantam para seu próprio consumo, mesmo não cobrindo totalmente suas despesas, mas pelo menos existe uma “relativa” autonomia em relação à população submissa ao reinado latifundiário. Logo, os diversos rurais alagoanos se diferenciam e ao mesmo tempo se configuram no mesmo patamar da desigualdade social e submissão à classe dominante.

No território alagoano as mulheres da zona da mata e litoral, possuem características parecidas, pois estão dentro do mesmo contexto social da monocultura da cana-de-açúcar, vivendo para a reprodução do trabalho e do futuro trabalhador, como ressalta as pesquisadoras Lima e Magalhães (2011), que estas mulheres vivem para o marido, a vida deles, seus horários e suas vontades, acordam às quatro horas da manhã para deixar o café da manhã e o almoço pronto, pois estes passam o dia no corte da cana-de-açúcar, no entanto estas mulheres, não possuem somente esse trabalho do cozinhar, ainda cuidam dos filhos, da casa, da horta, lembrando que sem nenhuma remuneração, pois ainda esse trabalho não é considerado produtivo para o capital, mas reprodutivo. Assim sendo, esta mulher da zona da mata ou litoral busca trabalhos que venham complementares sua renda, ou melhor, que lhe dê alguma renda, volta-se dessa forma para trabalhos artesanais, passam também a serem vendedoras autônomas, tentando obter um ganho em espécie mínimo possível.

As mulheres do semiárido, subdivididas entre o agreste e sertão, possuem algumas características diferentes, porém dentro do contexto do mandonismo e submissão vivem a opressão e naturalização de que a mulher é biologicamente mais frágil. No rural do agreste predomina a produção agrícola, possuindo destaque para o cultivo da mandioca e posteriormente a produção de farinha, é nesse ambiente que a divisão social e sexual do trabalho feminino em razão do masculino se evidencia, pois aos homens cabe o trabalho com as máquinas e o transporte da mandioca e as mulheres o trabalho manual de raspagem da

---

<sup>2</sup> Denominação as mulheres que residem no agreste alagoano.

mandioca, deixando claras as relações sociais de gênero que perpassam o ambiente das casas de farinhas no agreste alagoano. Essas mulheres possuem uma renda mínima decorrente das raspagens da mandioca, porém recebem por produção o que as levam a chegarem bem cedo ao trabalho nas casas de farinhas e largarem mais tarde, o que equivale, durante o período da produção de farinha, uma maior carga de trabalho visto que essas mulheres possuem outra jornada de trabalho, a doméstica, e que seus lares, seus esposos e filhos necessitam de seu “amor fraternal”. No agreste existem outras formas de trabalho agrícola como cultivo de frutas, verduras, a criação de animais de pequeno porte, colocando também essas mulheres “agrestinas” no mesmo patamar de dupla jornada de trabalho e de servidão doméstica. Embora o rural “agrestino” possua uma diversificação na produção, a relação de patriarcado e cultura coronelista esta embutida na realidade destas mulheres dependentes de seus “responsáveis” – maridos/pais – pois suas atividades de produção não cobrem suas despesas.

No sertão alagoano a carga de submissão e opressão ainda é maior, há várias “Marias” que lutam contra a estiagem e contra o rústico esposo, que não reconhece o esforço delas que fazem de tudo, cuidam do roçado, dos poucos animais, fazem o serviço de abastecimento de água, pois a escassez de água no sertão demanda muito trabalho para garantir o consumo humano e animal, e se agrava nos longos períodos de estiagem, porque é de responsabilidade da mulher a casa estar em ordem. Não é uma cena incomum no sertão alagoano, como também não é incomum a cena da migração ainda decorrente da estiagem. As mulheres sertanejas ainda vivem em um rural de cultura arcaica com roupagem de moderno, no entanto dentro das relações familiares a forte cultura do pai provedor e responsável pela ordem e palavra final ainda permanece. Logo, a realidade dessas sertanejas como suas perspectivas para mudança em seu território de origem são poucas, devido à negligência dos poderes públicos em não investirem para a mudança do sertão, como políticas públicas e projetos voltados para a modificação dessa realidade, tanto da realidade da forte migração, como para uma relativa independência das mulheres.

Percorrendo o rural a começar por sinhá Vitória de Graciliano Ramos, representante firme da mulher do rural sertanejo do século XX, caminhar-se-á pelo contexto histórico-social e perceberá que a conjuntura política e social modificou em alguns pontos a realidade da mulher no rural alagoano, mas a estrutura de opressão e subordinação embutida na cultura patriarcal está ainda evidente na atualidade e as várias sinhás Vitórias, as mulheres dos vários rurais das alagoas trazem dentro de si, de suas realidades marcas da dor da estiagem da visibilidade e do reconhecimento, cobertos pela submissão e opressão, como colocou Graciliano “e se não fosse o *respeito* que Fabiano lhe inspirava, teriam despropositado”

(RAMOS, 2012, p. 41), ou seja, se não fosse essa cultura de respeitar o “senhor marido” a mulher (sinhá Vitória) teria lhe respondido, contrariado. Esse respeito é embutido e perpassado até hoje pela cultura patriarcal no cotidiano das mulheres alagoanas, principalmente das trabalhadoras rurais que vivenciam uma maior divisão sexual do trabalho.

Assim, no rural, a mulher desempenha várias tarefas, seja no âmbito doméstico ou no campo, cumprindo uma dupla jornada de trabalho, em companhia do esposo ou na ausência dele, porém, algumas tarefas realizadas pelas mulheres são distintas das tarefas realizadas pelo homem, desta forma na agricultura observa-se uma hierarquia na divisão do trabalho.

Nessa relação de opressão a que são submetidas às mulheres, estas acabam por esquecer-se de si, segundo Lima e Magalhães (2011), passam a viver em função da casa, dos filhos e do marido, incorporando, pela educação formal e informal que receberam do padrão patriarcal e machista, chegando a socializá-lo com as pessoas do convívio familiar e comunitário, especialmente as crianças.

Como afirma Scott (1995), meninos e meninas são ensinados e educados de acordo com seus distintos papéis e lugar ocupado pelo culturalmente aceito para homens e mulheres na sociedade. O rural catarinense e o alagoano não se diferem em nada do que afirmara Scott (1995). Os pais são responsáveis em transmitir esses conhecimentos, primeiro, no grupo familiar, e posterior pelas instituições sociais nas quais estão inseridos, seguindo sempre os padrões estipulados e alimentados pelo sistema capitalista. No rural, os meninos aprendem desde cedo as tarefas com o pai no trato da roça e da lida com os animais, como também aquelas realizadas fora da propriedade, como comercialização de produtos agrícolas, enquanto as meninas aprendem desde cedo os afazeres domésticos com a mãe e a “ajuda” nos trabalhos pontuados como “leves”.

Sua identidade é construída com foco na constituição de família, procriação de filhos, obediência ao marido, cuidado no lar e ‘ajuda’ ao companheiro na roça. Ajuda, de acordo com Neves e Medeiros (2013), no sentido próprio, pois a reprodução – considerada no sentido da reprodução social – é confundida com a produção e o trabalho com o emprego. Como o trabalho realizado pela mulher não tem valor de troca, este é [in] visibilizado e desvalorizado para o capital.

Em muitos casos, a mulher trabalha em igualdade com o marido, participa do plantio, da colheita, enfim, das etapas de produção, mas na hora de decidir como plantar, onde plantar, e o que plantar, a decisão é a do marido, como também não tem participação dos lucros e



sempre tem que recorrer ao marido em busca do dinheiro, ou dos produtos que necessita para a subsistência da família.

Vale ressaltar que existia e ainda existem situações em que as terras, a casa e os bens que a família possui estão registrados no nome do companheiro\esposo, como também, as notas fiscais de compra, inscrição no sindicato dos trabalhadores rurais, empréstimos realizados, sempre é o nome do homem que está ali nos documentos mencionados. Nessas situações a mulher fica a margem, reafirmando a herança do patriarcado na sociedade capitalista do rural alagoano.

As diversas formas de opressão culturalmente alimentadas pelo patriarcado vão ser alteradas, porém, como expõe Lusa (2012a), não superadas quando há o reconhecimento da mulher como agricultora e esta passa a ter qualidade de segurada especial\rural para a previdência social, não só pela política social, mas para a sociedade e na sua casa, o que vai possibilitar uma autonomia para a mulher camponesa. Porém, isso tudo não se desenha tão fácil e nem houve uma trajetória linear na conquista do direito previdenciário das agricultoras.

Quando há alterações na ordem patriarcal preestabelecida culturalmente, as mulheres são tratadas com certa surpresa, pois, ali se encontra uma mulher que foge dos padrões de normalidade cultivados na sociedade em prol de modelo de família orientada pelo patriarcado. Mesmo quando chefiam a família, ainda não são reconhecidas com o devido respeito, pois, a presença exigida e respeitada em uma família é a do homem, como chefe e mediador entre a esfera pública e privada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“O latifúndio, a monocultura, a escravidão, a violência, as relações de compadrio, as desigualdades sociais crescentes se tornaram marcas indelévels na conformação atual da sociedade e Estado alagoanos”. (LUSA, 2013, [s./p.]). Como também essas características são marcas das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho, que perpassa o rural alagoano através da submissão, do mando, da divisão social do trabalho e das formas de preconceito.

A mulher do rural alagoano possui um papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família. E de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade rural – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação, é nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher no rural alagoano, reproduz a [in] visibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino. Esta mulher vive dupla ou até tripla jornada, com um fator importante a ser destacado que difere da

mulher urbana, que é a não remuneração nessas atividades agrícolas, na maioria das vezes, a mulher rural não possui carteira assinada, certo que ela algumas vezes não necessita cumprir um horário pré-estabelecido por seu patrão, no entanto não possui salário no final do mês nem a relativa autonomia que este confere as mulheres urbanas, a mulher do rural vive duplamente dependente ao seu “responsável” (pai/esposo).

Nesse contexto, as relações de dominação e subordinação, tal como a violência, a desigualdade, a [in] visibilidade do trabalho da mulher são elementos do patriarcado, incorporados pelo capitalismo, e disseminado por uma educação que serve apenas para manter o sistema do capital. Onde na verdade era para ser uma educação para vida. No rural alagoano faz parte da unidade familiar o homem, a mulher e os filhos (quando houver). Dentro dessa explanação de divisão sexual do trabalho, a mulher fica no âmbito privado e o homem no âmbito do setor público junto a suas tarefas de mando e controle sobre a casa, família, propriedade. Também vale ressaltar que o homem estando no controle de tudo ao seu redor, também manipula o que se planta, quando se planta e o que se planta, estabelecendo uma hierarquia. E a mulher por mais que trabalhe na perspectiva de “ajuda” não é reconhecida e nem recebe nenhuma remuneração em espécie. É nesse contexto que entra a necessidade da educação para além do capital, que segundo Mészáros (2005), seria a tarefa educacional é simultaneamente tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis.

A mulher na agricultura camponesa do rural alagoano, em plena segunda década do século XXI, realiza as tarefas domésticas e o trabalho na roça, porém ainda é denominado como “ajuda” ou auxílio no processo de trabalho dentre outras nomenclaturas. Isso ocorre por ser classificado o trabalho da mulher como produtor de valor de uso e não de valor de troca, atribuindo menos importância às funções por ela realizadas, resultando no não reconhecimento da atividade laboral da mulher no processo de produção. No entanto, as mulheres trabalham em igualdade no dispêndio de força física para com seus companheiros em suas terras ou em terras arrendadas ou ainda como meeiros e mesmo assim não são contempladas e assistidas com os mesmos direitos trabalhistas do cônjuge.

Por fim, a divisão sexual do trabalho e as relações de patriarcado e de gênero estão embutidas desde o litoral, zona da mata até o semiárido das alagoas, sendo fortificadas pela cultura do coronelismo muito presente no cotidiano do Estado, no entanto não pode deixar de pontuar que no rural não só existe submissão e opressão, existe mesmo que dentro de espinhos as lutadoras por um novo horizonte, onde a igualdade entre homens e mulheres, o respeito deles para com elas seja primordial. Sintetizando, é “uma contra hegemonia ao

capitalismo, ao produzirem consciência crítica e política da classe trabalhadora, emancipando-a politicamente, mobilizando-a e incentivando-a a luta para, quiçá, chegar à transformação societária”. (LUSA, 2013a, [s./p.]), para quiçá, chegar a uma sociedade que vivencie a almejada “educação para além do capital”, superando a lógica das relações capitalista, que geram as relações patriarcais e de gênero, por meio de processos educativos amplos, nos quais se anuncia a instauração de uma sociedade para além do capital.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. F.; CANIELLO, M. de M. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do semiárido. In: **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2015.

ALBUQUERQUE, C. F. Migração camponesa: *dominação e resistência ao capital*. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**, 4. Maranha, 2013. Maranhão, 2013a.

ALBUQUERQUE, C. F. de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013b.

ALBUQUERQUE, C. F. de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

BARBOSA, M. A. C.; MATOS, F. R. N.; SANTOS, A. P. F.; ALMEIDA, A. M. B. **Mulheres e Patriarcado: Dependência e Submissão nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano**. Disponível em: < <http://www.scielo.org/mulheres-e-patriarcado-dependencia-e-submissao-nas-casas-de-farinha-do-agreste-alagoano>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, C. P. de. **Formação histórica de Alagoas**. 3º ed ver e ampl. Maceió: EDUFAL, 2015.

DUARTE, K. L.; LUSA, M. G. Proteção social básica e ruralidades no semiárido alagoano. In: **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2015.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

LIMA, G.; MAGALHÃES, B. “Eu comprei uma bandeja... levo o café dele na cama...”: A relação entre afetividade e servidão doméstica. 2011. **IHU On-Line**. Disponível em: < <http://www.scielo.org/eu-comprei-uma-bandeja-levo-o-cafe-dele-na-cama-a-relacao-entre-afetividade-e-servidao-domestica>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LUSA, M. G. Políticas Públicas no Semiárido Alagoano e a Resistência Quilombola e Camponesa Frente à Exploração Capitalista. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**, 4. Maranha, 2013. Maranhão, 2013a.

LUSA, M. G. O rural no semiárido e a transformação sócio histórica de Alagoas. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013b.

LUSA, M. G. **Lutas Sociais no campo e políticas públicas: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas**. Maceió: EDUFAL, 2012a.

LUSA, M. G. **A (in) visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012b.

MARX, K. **O capital**. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

NEVES, D. P.; MEDEIROS L. S. de (Orgs. **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. 118º ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p.71-99.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.